

*Márcio Renato Guimarães UFPR* A assim chamada “lingüística indígena” se constrói (ou se delimita) de maneira diferente das outras áreas da lingüística. A sua definição não é nem devida a uma divisão de acordo com os níveis de análise lingüística, como a que reconhece a distinção entre a fonologia, a sintaxe, a semântica ou mesmo entre essas e a sociolingüística e a lingüística histórica, por exemplo, nem à filiação teórica, como aquela que, por exemplo, baseia a separação entre funcionalistas e formalistas, gerativistas e semanticistas formais. Ao contrário, de acordo com esses dois critérios de divisão não seria possível reconhecê-la como uma área da lingüística, pois os trabalhos agrupados sob o rótulo de “lingüística indígena” trabalham nos mais diferentes níveis de análise (embora haja uma nítida predominância dos níveis mais “gramaticais” – fonologia, morfologia e sintaxe). E, muito embora também, nesses trabalhos – ao menos no Brasil – ainda seja possível vislumbrar uma certa influência de uma perspectiva teórica muito próxima da tagmêmica, não se pode dizer que esse rótulo se deva, de modo algum, a essa filiação teórica, ainda mais que se assiste a um cada vez mais notável processo de diversificação da perspectiva teórica na lingüística indígena brasileira.

O critério de delimitação que estabelece a lingüística indígena é um critério absolutamente estranho à disciplina, que diz respeito à classificação das línguas que são objeto de estudo de acordo com propriedades (ser ou não ser “indígenas”) que não têm sido consideradas como – ou, melhor, *deixaram* de ser consideradas – como definidoras de propriedades relevantes para a discussão lingüística em qualquer nível.

A lingüística se construiu historicamente em torno de um postulado que poderia ser chamado de *universalista*, num sentido mais amplo, que é o de que todas as línguas naturais têm basicamente as mesmas propriedades. Em geral o termo *universalismo* tem sido reservado para designar um postulado mais forte e mais localizado, que seria defendido por teorias que assumem que os níveis mais “estruturais” das línguas naturais (sobretudo o sintático e/ou o semântico) compartilham de um conjunto de propriedades básicas. Aqui ele está sendo usado

às mais diversas correntes teóricas da lingüística, de que propriedades muito gerais que cada uma dessas teorias atribuem à linguagem – propriedades que variam de acordo com a perspectiva teórica – são reconhecidas como inerentemente presentes em qualquer língua natural. Assim, ainda que um funcionalista e um formalista estejam em desacordo sobre a possibilidade de um tratamento formalizado às línguas naturais, essa (im)possibilidade se refere a toda (e a qualquer) língua natural na mesma medida.

A expressão *línguas indígenas* remete, ao menos de um ponto de vista histórico, a uma época em que se trabalhava com uma noção (nunca muito bem definida, por sinal) de *línguas primitivas*. A lingüística há muito tempo abandonou completamente essa perspectiva, vigorando o consenso de que as línguas naturais possuem o que Edward Sapir definiu como *plenitude formal*, ou seja, a propriedade de ser um sistema completo de referência, capaz de expressar tudo aquilo que o falante necessita. Sob esse ponto de vista, as línguas dos povos ditos *primitivos* não se diferenciam em nenhuma propriedade essencial e relevante para qualquer nível de análise lingüística de qualquer outra língua *não-primitiva* (civilizada?).

Com relação à referida predominância da tagmêmica na lingüística indígena brasileira, é importante notar que isso é herança do tempo da atuação do SIL (Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística) entre os indígenas brasileiros. E a afirmação da predominância da tagmêmica na lingüística indígena (não só na brasileira) é tão verdadeira quanto a sua recíproca: pode-se perceber uma avassaladora predominância de análises sobre línguas indígenas entre os trabalhos construídos sob essa perspectiva. E as razões são muito mais do que históricas. A tagmêmica é, assumidamente, um método desenvolvido para possibilitar o trabalho missionário entre os povos indígenas, através da fixação de um sistema de escrita que possibilitasse a tradução e impressão da Bíblia para suas línguas. Seu fundador e grande epígono – Kenneth Pike – foi presidente do SIL desde a sua fundação, em 1942, até 1979 (e presidente emérito desde 1979 até sua morte, em 2000).

A hipótese central da tagmêmica é a de que nenhuma teoria da sintaxe que ignore o contexto situacional dos enunciados poderá produzir qualquer vislumbre da verdadeira natureza do uso e da aquisição da linguagem. Por isso é absolutamente imperiosa a necessidade da pesquisa das bases culturais do pensamento e da comunicação. Curiosamente, é essa perspectiva “culturalista” que justifica a adoção de um método de análise de corte distribucionalista (inspirado em Bloomfield). Um dos imperativos teóricos centrais desse método é o de não se projetar, sobre os dados, qualquer categoria gramatical previamente definida. O que, para os bloomfieldianos, é corolário de uma perspectiva inducionista estrita, para os defensores da tagmêmica representa o resguardo de se projetar, sobre os dados, as categorias culturalmente desenhadas presentes em certas análises gramaticais.

É sobretudo pela adoção dessa metodologia de análise dos dados, mais do que na assunção de uma hipótese culturalista (ao menos especificamente da hipótese culturalista de Pike) que se pode medir a influência da tagmêmica sobre a lingüística indígena brasileira (e, talvez, da lingüística brasileira de um ponto de vista mais amplo). E mesmo aquilo a que me referi, acima, como “notável processo de diversificação da perspectiva teórica na lingüística indígena brasileira” reflete um assumido processo de reação a essa influência, de que o aspecto da escolha da perspectiva teórico-metodológica de trabalho é apenas um dos aspectos. O outro é o da superação ideológica da abordagem “missionária” do SIL, não só no que diz respeito ao trabalho que “acompanha” a descrição lingüística, mas também no que diz respeito à superação da pretensa neutralidade do trabalho (e da perspectiva teórica) com relação a esses fatos “externos” à descrição lingüística propriamente dita.

Esquemáticamente, pode-se dividir todo esse processo em dois movimentos: 1) a influência da “lingüística do SIL”, com tudo o que ela acarreta e 2) a superação dessa influência. Essa superação pode ser percebida como tendo duas faces, não entendidas como essencialmente independentes: 2.1) a superação de uma perspectiva teórico-metodológica (talvez mais metodológica do que teórica) e 2.2) a superação não só da postura ética “missionária”, mas de todo um conjunto de posturas éticas mais ou menos aparentadas. É com relação a esse esquema que pretendo situar os dezesseis artigos que compõem a coletânea *Novos Estudos sobre Línguas Indígenas*.

Os artigos foram elaborados a partir das comunicações apresentadas na XVI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), realizada em junho de 2002, na cidade de Gramado, RS. Os também dezesseis autores são pesquisadores de diversas universidades brasileiras, com uma certa predominância da Universidade de Brasília. Dos dezesseis artigos, onze caracterizam o modelo basilar de trabalho de lingüística descritiva: a descrição sincrônica de um fragmento da gramática de uma língua particular contemporânea. Por fragmento de gramática, a lingüística designa um aspecto particular da gramática de uma língua (*e.g.*, expressão de posse, sentenças interrogativas, pronomes e prefixos pessoais) em contraste com um estudo descritivo geral e genérico da língua. Predominam também, na obra, as descrições morfo(sintáticas) e semânticas. Dentre os estudos que fogem a esse modelo, pode-se reconhecer dois conjuntos, o primeiro representado pelos estudos com um enfoque histórico e/ou diacrônico e o segundo representado pelos estudos de número 1 e 4, ambos discutidos ao final deste texto.

Dentre os estudos do primeiro grupo, o estudo 3, “As vogais orais do proto-tupí”, de autoria de Aryon Dall’Igna Rodrigues, foge do modelo basilar seja por tratar de uma questão fonológica, seja por ser um estudo histórico comparativo. Já o estudo 4 (de Ana Suely Arruda Câmara Cabral e Aryon Dall’Igna Rodrigues), “O desenvolvimento do gerúndio e do subjuntivo em tupí-guaraní”, é um estudo comparativo das duas formas verbais em diferentes línguas da família tupi-guarani e propõe uma hipótese para o surgimento dessas formas na evolução pretérita dessas línguas. Por fim, o estudo 9, “A natureza dos prefixos relacionais em guarani antigo” (de Daniele Marcelle Grannier), é um estudo histórico sincrônico de um fragmento de uma das poucas línguas indígenas em que estudos desse tipo podem ser feitos, por sua gramatização ser relativamente antiga (século XVII) e pela conseqüente presença de documentos históricos.

Pelo menos dois (de número 3 e 4) desses estudos históricos e/ou diacrônicos têm a assinatura de Aryon Dall’Igna Rodrigues, o pioneiro não só no campo da lingüística indígena no Brasil (ao menos da lingüística indígena praticada na academia, excluindo-se os empreendimentos de ordem “evangelizadora” desde Anchieta até o SIL), mas da lingüística como um todo. Graduado em Letras pela UFPR – da qual também foi professor – Rodrigues foi o primeiro doutor em lingüística do Brasil (com a tese *Phonologie der Tupinambá Sprache*, defendida em 1959 na Universität Hamburg), e é provavelmente o nome desse campo de pesquisa mais conhecido interna e externamente. É autor, para além de uma série de estudos concentrados sobretudo nas línguas da família tupi-guarani e do tronco tupi, de algumas obras estratégicas para o conhecimento das línguas indígenas brasileiras (como é o caso de *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994). Sua presença como primeiro nome entre os organizadores é, portanto, emblemática da posição histórica que ocupa dentro desse campo.

Essa recorrência da comparação histórica reflete, por um lado, o contexto em que a influência do SIL foi recebida pela lingüística brasileira (o da predominância da lingüística histórico-comparativa, ou mais precisamente, da filologia românica, na primeira metade do século XX), e por outro o ponto de ligação entre aqueles trabalhos mais ou menos diletantes acerca da língua dos índios (como o de Rosário Farâni Mansur Guérios, “Estudos sobre a língua caingangue”, *Arquivos do Museu Paranaense* 2:97-177, 1942) e o estudo das línguas indígenas na academia.

Nos oito trabalhos descritivos restantes é possível vislumbrar o processo de superação da tagmêmica, pela progressiva incorporação de outros modelos teórico-descritivos. Assim, ao lado de descrições mais ou menos “fonêmicas” ou “morfêmicas”, podem ser encontradas referências a um autor-chave da tipologia lingüística (Bernard Comrie), muitas referências funcionalistas e, em pelo menos um estudo, referências gerativistas: no estudo 11, “Da representação do tempo em Tikuna”, Marília Facó Soares utiliza um modelo gerativo com incorporação de material semântico (à *la* Hornstein e Stowell).

A superação da herança teórico-metodológica da tagmêmica reflete um processo bem mais amplo. Se é verdade que essa superação reflete a busca de modelos teóricos mais sofisticados para a descrição das línguas indígenas, ela também reflete um processo mais geral na lingüística como um todo, estabelecendo uma outra relação recíproca: se é verdade que a lingüística indígena ainda pouco tem levado em consideração outras perspectivas teóricas, também é verdade que essas perspectivas muito pouco têm levado em consideração as línguas indígenas. Na verdade, historicamente, as perspectivas teóricas sobre a linguagem têm se construído a partir da análise dos dados de um conjunto relativamente restrito de línguas naturais, muito freqüentemente de uma única língua natural, antes de sua expansão para a descrição de outras línguas. Circula, informalmente, entre os lingüistas a observação de que cada modelo teórico tem uma “língua materna”, que é a do seu fundador. Assim é com o grego, e depois o latim, para a tradição gramatical do ocidente antes do Renascimento, com as línguas indo-européias para o modelo histórico-comparativo, ou com o inglês para a gramática gerativa. A expansão dos modelos descritivos para a descrição de outras línguas tem sido encarada como especialmente produtiva no que diz respeito à reformulação e/ou expansão desses modelos. Assim foi, por exemplo, quando da expansão da gramática gerativa para línguas que admitem o licenciamento de posições pronominais “vazias”, como as línguas românicas. Pelo surgimento de uma explicação específica para esse tipo de fenômeno, não previsto nas primeiras elaborações do modelo (dado que o inglês não admite esse tipo de construção), consubstanciado no parâmetro *pro*-Drop, entre outros fatores, teve-se também a introdução de modificações importantes no modelo gerativo.

Mas existe uma interessante e mais antiga história do contato entre as línguas menos conhecidas da tradição lingüística ocidental – e especificamente línguas indígenas – e de como esse contato pode desafiar as visões preestabelecidas sobre o que seja uma língua e como essa se estrutura. Existe um longo e antigo debate a respeito de como os dados de certas línguas “indígenas” do noroeste da América do Norte (nootka, salish, bela coola) tem desafiado a platônica e fundadora noção da universalidade da distinção *onoma* vs. *rhema* – nome vs. verbo –, talvez o mais famoso e antigo debate nos estudos da linguagem no ocidente em todos os tempos. Esse desafio proposto pelas línguas indígenas tem gerado respostas contraditórias. Por um lado existe a postura da lingüística de se distanciar dos dados dessas línguas. As observações sobre as estranhas línguas sem *nome* e *verbo* da Colúmbia Britânica têm sido feitas há uns oitenta anos, no entanto as teorias lingüísticas têm construído

suas concepções de nome e verbo muito baseadas ainda no comportamento dos nomes e verbos das línguas indo-européias da Europa. Por outro lado, existe também uma tendência, mais recente, da busca de dados nessas línguas que possam confirmar (ou desafiar) as teorias existentes.

Se essa tendência recente pode refletir alguma abertura no sentido que ela reflete uma tendência de ampliar a base de dados com que as teorias lingüísticas trabalham, ela não pode ser ingenuamente recebida como uma postura essencialmente “pluralista” ou “universalista”, ao menos do ponto de vista político. O professor Wilmar D’Angelis, a quem devo a valiosa observação do estranhamento e do distanciamento que a lingüística teórica tem demonstrado com as línguas ditas “indígenas”, acrescenta que, mesmo quando o lingüista “de gabinete” se digna a pesquisar os dados dessas línguas “estranhas”, ela o faz reproduzindo o processo de espoliação a que esses povos têm sido submetidos através dos séculos.

Sem dúvida, essa relação histórica de espoliação pode ser utilizada como critério definidor do termo *indígena* em *lingüística indígena*, pois tudo o que essa relação implicou (colonização, evangelização, imperialismo) está na base desse adjetivo que delimita essa área da lingüística. O próprio fato de que o estudo de boa parte – senão a grande maioria – das línguas indígenas do mundo se deva a missionários é por si só bastante revelador desse processo. Desse processo missionário, a lingüística indígena herdou duas outras características que também constituem um diferencial. Em primeiro lugar creio que se poderia colocar o fato de que os trabalhos descritivos dessas línguas costumam ser acompanhados com um trabalho de definição de uma escrita para essas línguas. O diferencial entre a lingüística indígena contemporânea e a que se fazia antes dela (a promovida pelo SIL, por exemplo), e mesmo com relação às descrições que se faziam antes do advento da análise dita lingüística seja com relação às línguas indígenas, seja com relação a todo o resto, é esse descolamento de qualquer propósito evangelizador (ao menos no sentido mais estritamente religioso desse termo). Em segundo lugar, está o fato, revelador de uma série de questões subjacentes, de as descrições dessas línguas serem elaboradas, primeiramente (e em alguns casos unicamente) por falantes estrangeiros – não-nativos – dessas línguas. O que interessa aqui não é todo o conjunto de procedimentos metodológicos que deve acompanhar o estudioso de uma língua que não é a sua língua materna para a testagem de hipóteses. Interessam os propósitos políticos com que é feita.

Esse complexo definidor do que é a lingüística indígena, surpreendentemente se revela, historicamente, ainda mais antigo do que as situações de contato entre os povos europeus e os do continente americano. A gramatização de línguas sendo promovida por estrangeiros, com propósito de conversão a alguma religião, pode ser identificada para inúmeras situações, em épocas diferentes, em que povos tão distintos como os antigos godos, os tocarianos e os fulanis (apenas para citar um exemplo de cada continente e de religiões diferentes) começaram a escrever. Isso talvez seja interessante para discutir a construção do sentido do termo *indígena* e de seus derivados/correlatos.

Entendo *gramatização* no sentido de Sylvain Auroux (*A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992), que considera o advento de algum sistema de escrita como uma primeira gramatização, e a elaboração de uma gramática escrita como uma segunda gramatização. Auroux trata do assunto no atacado e considera, principalmente, aquelas culturas em que a primeira gramatização se dá com um intervalo bastante grande da segunda, e em que ambos os processos são promovidos de dentro para fora, como aconteceu com o grego e o sânscrito.

Creio que o diferencial entre a lingüística indígena que ora se promove e as abordagens anteriores pode ser vislumbrado a partir do estudo do já citado D'Angelis, "Unificação x Diversificação Ortográfica: um dilema indígena ou de lingüistas?", que é o segundo, e de longe o mais importante, estudo incluído no livro ora resenhado. Sua importância está em refletir sobre as circunstâncias e implicações éticas do trabalho da lingüística indígena.

O artigo contrasta com todos os outros por não ser um artigo descritivo, seja de um fragmento de gramática, seja da gramática no geral. Antes ele contém uma reflexão a partir do relato de três experiências do autor com povos indígenas que demandavam a fixação de uma escrita para a sua língua. Nos três casos – os Ashaninka do Amônia (Acre), os Nhandewa-Guaraní (São Paulo e Norte do Paraná) e os Kaingang de São Paulo – tratava-se de línguas que já tinham sistemas de escrita fixados, em pelo menos dois casos (Ashaninka e Kaingang), por empreendimentos missionários levados a êxito sob os auspícios do SIL. No caso dos Kaingang e dos Ashaninka, tratava-se de comunidades pequenas, relativamente distantes do grosso dos falantes daquelas línguas. E, no caso dos Kaingang e dos Nhandewa-Guaraní, tratava-se de comunidades em que a língua tinha, para a maioria dos falantes, se perdido.

Nos três casos, foram as próprias comunidades que procuraram a ajuda dos lingüistas para preservar suas línguas como parte de sua identidade como grupo particular, não só em relação aos não-índios, mas em relação a grupos maiores. Mas, como o próprio autor lembra, falando dos Ashaninka:

"No entanto, isso não significa assumir, como ponto de partida, uma política de ser 'sempre diferente' dos demais, para com isso definir uma identidade própria. As pessoas da comunidade Ashaninka com que trabalhei na definição ortográfica estavam plenamente imbuídas de buscar uma solução adequada para a sua realidade, não importando (em termos gerais) se e quando isso os aproximava ou os afastava das escritas já estabelecidas, mas não deixando de contemplar a importância das suas relações com os outros Ashaninka" (:25).

Embora a tese central seja demonstrar que a unificação ortográfica não é um bem em si e que a diversificação ortográfica não é necessariamente prejudicial à unidade de um povo indígena, o ponto crucial do texto de D'Angelis é a demonstração de que as decisões concernentes às línguas indígenas devem respeitar a autonomia de cada povo sobre sua língua. Isso é válido, certamente, para escolhas como a unificação ortográfica e o ensino da língua, mas poderia ser estendido para o trabalho mais "técnico" dos lingüistas. O trabalho descritivo sobre uma língua indígena nunca pode ser entendido como um trabalho desinteressado, interpretando-se esse *desinteresse* como neutro do ponto de vista ético, sobretudo porque, em primeiro lugar, essa postura implica não uma neutralidade, mas uma completa desconsideração para com o povo de que se apropria o conhecimento sobre a língua. Em segundo lugar, dado que o lingüista não é um ser isolado, mas representa um conjunto de instituições que, na medida em que ele se apropria de um conhecimento, efetivam (as instituições) essa apropriação de conhecimento através dele.

Essa discussão poderia ser estendida para além da lingüística indígena. Na verdade, ela mal foi iniciada na lingüística, mais amplamente considerada. Dado que o trabalho de qualquer lingüista não tem condições muito diferentes das do lingüista que trabalha com línguas indígenas, a reflexão a que convida D'Angelis no mínimo tem a virtude de apontar para a necessidade de se discutir esse tipo de assunto.

Finalmente, o estudo que abre a coletânea, “Notícia sobre a língua purorobá”, de Ruth Maria Fonini Montserrat, também contrasta com os outros. Embora trate de uma língua indígena particular, ele não é uma descrição de nenhum aspecto gramatical dela e, embora seja um relato comovente da história do purorobá, ele também não comporta nenhuma descrição de aspecto histórico e/ou diacrônico da língua. Em ambos os casos, basicamente, porque a língua está extinta. Seu principal mérito é o registro de uma história que, em maior ou menor medida, reflete e resume a história da experiência de contato (ou de conflito) entre as línguas indígenas brasileiras e o português, no Brasil.

Os Purorobá foram contatados em 1919 e foram dizimados por epidemias de doenças trazidas pelos brancos. Os 200 remanescentes desse povo, considerado extinto pela FUNAI, vivem espalhados por diversos municípios de Rondônia. Em 17 de outubro de 2001, foi realizado sob o patrocínio do CIMI-RO (Conselho Indigenista Missionário), num sítio em Seringueira (RO), um encontro com 40 representantes dos remanescentes desse povo. A autora recolheu, a partir de entrevistas com seis dos mais velhos integrantes desse povo – nenhum dos quais falante de Purorobá –, cerca de 200 palavras do que foi o léxico dessa língua. Embora não proponha nem aprofunde nenhum ponto de reflexão sobre o caso a que se refere, esse texto não deixa de ter interesse não só como documento importante, mas – e talvez justamente pela falta dessa reflexão – como ilustrando o fato de que, de casos muito semelhantes, possam ter-se originado respostas tão diferentes. O caso dos Purorobá reflete um estágio mais avançado da mesma situação encontrada entre os Kaingang de São Paulo e os Nhandewá-Guaraní, com o agravante de que a língua não foi conservada em outra comunidade e não poderá jamais ser restaurada. Aqui, porém, o nível de reflexão não reflete a radicalidade e a maior profundidade do processo de aculturação e desagregação do grupo social. Antes, ele se revela tão pobre quanto raso, o que realça a importância dos casos descritos por D’Angelis e nos mostra o quanto ainda temos de trilhar. Tomara que os índios sobrevivam até lá.

---

*Márcio Renato Guimarães é professor do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculos da Universidade Federal do Paraná.*